

estado-providência

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 13 • 2013

VARELA, Raquel (Coord.) – *A Segurança Social é sustentável. Trabalho, Estado e Segurança Social em Portugal*. Lisboa: Bertrand, 2013.

Esta obra é coordenada por uma historiadora, o que comprova a tese, há muito afirmada e comprovada, de que os historiadores não são meros “antiquários” e têm ou devem ter um papel privilegiado na análise da realidade passada e presente (e o “presente” é sempre “passado”), assumindo o dever de intervirem civicamente. Há muito se fala de exemplos. Entre nós, é costume citar-se Herculano, que decidiu simbolicamente exilar-se para Vale de Lobos, não como fuga, mas como afirmação de revolta contra uma sociedade em crise de identidade. António José de Almeida, mais do que outro qualquer revolucionário republicano, entendeu essa mensagem por altura do centenário do seu nascimento e na véspera do 5 de Outubro, num artigo da revista que dirigiu e de que foi o redactor principal, *Alma Nacional*. Outro exemplo fora do quadro nacional, bem mais dramático e que foi constantemente citado (hoje já quase esquecido, como a revista *Annalles*, que ajudou a fundar), é o de Marc Bloch, militante da Resistência francesa e executado pelos nazis durante a Segunda Guerra Mundial.

Recentemente, em tempo de crises, poderia falar de outros historiadores, um deles inglês que terminou a sua carreira nos Estados Unidos, Tony Judt, que, depois de tecer considerações sobre a Europa e a sua “grande ilusão”, escreveu como derradeiro livro a obra intitulada *Ill fares the land*, título de tradução difícil, pois trata-se do início do poema de um britânico-irlandês do século XVIII, Oliver Goldsmith. Poderíamos talvez traduzir livremente por “Algo está doente na terra”.

Em Portugal, a obra foi traduzida ainda de forma mais livre, ou mais comercial, mas de modo ainda assim insinuante, por *Um tratado sobre os nossos actuais descontentamentos*.

Desejo, pois, chamar a atenção para o tempo de desesperança agora vivido, que afinal não é de hoje. É, todavia, o da minha geração que viveu a esperança de uma democracia social e a pressentiu depois do 25 de Abril de 1974. Em França — já o recordei por mais de uma vez noutros artigos — François Furet, com grande desilusão e uma ponta de optimismo metódico, falava, no fim do século passado (o século XX, sublinhemos), do “pano de fundo melancólico” em que então se encontrava e apelava para a reacção do historiador: “o historiador tem o dever de reagir contra aquilo que assume, na época em que escreve, um ar de fatalidade: está farto de saber que são efémeras essas espécies de evidências colectivas”. O certo, porém, é que, posta de parte a ideia peregrina do “fim da história”, mas arredada também a ideia iluminista da história como progresso rectilíneo, não podemos (e dizemo-lo, obviamente, sem qualquer sentido reaccionário) deixar de admitir que o tempo histórico é uma espécie de espiral à maneira da interpretação de Vico, que avança sem dúvida, mas que vai passando por pontos idênticos — dando a ilusão do movimento circular — , pontos esses que acabam por ser superados. É por isso que o historiador pode desempenhar um papel importante na análise da realidade e jamais deve esquecer a sua área específica, não sendo necessário para isso transmutar-se em politólogo ou sociólogo, assim como o sociólogo ou o politólogo não deve querer artificialmente tornar-se historiador. Ou seja, a interdisciplinaridade não deve apagar o que de essencial há em cada ciência, embora deva conjugar os diversos saberes

a fim de concorrer para um conhecimento poliédrico da realidade.

Ao tecer estas considerações, pretendo não só sublinhar o facto de uma historiadora ter, como disse, coordenado e ser co-autora desta obra e ter solicitado a outros historiadores para concorrerem com as suas reflexões para a fazer, inclusivamente um para a prefaciar, mas também reconhecer a dificuldade do contributo interdisciplinar de diversos cientistas que igualmente concorreram com os seus textos para aclarar um problema tão complexo. O carácter afirmativo do título, *A Segurança Social é sustentável*, deve supor afinal — a meu ver — o seu carácter sempre interrogativo: “A Segurança Social é sustentável?”.

Não quero contribuir — gostaria de o fazer se fosse historiador de história económica e social ou se, apesar de o não ser, fosse mais novo e pudesse percorrer novos caminhos — para esclarecer o problema, mas devo dizer, com o idealismo (e o realismo) do cidadão que acreditou mais numa Europa cultural do que numa Europa económica ou até numa Europa política, que livros como estes já não deveriam ser escritos. Entenda-se, não deveriam ser escritos porque deveria ser hoje um dado adquirido a “Segurança Social” ou, para utilizar uma expressão mais ampla, mas também ambígua ou até equívoca, que normalmente não se discute, o “Estado social”. E o certo é que tudo está hoje posto em causa. Como lembra no Prefácio o historiador Marcel van der Linden, director de investigação do Instituto de História Social de Amsterdão, “Tudo o que é sólido dissolve-se no ar”. E concretiza no caso em questão: as “relações de trabalho padrão” que pensaríamos estarem consolidadas afinal foram desaparecendo, originando verdadeiras técnicas de sobrevivência dos mais pobres, dos desempregados e

mesmo da classe média, em processo de evaporação, à medida que os mais ricos engordam com o “sistema”. Nota um dos colaboradores do livro, Manuel Carlos Silva, doutor em Ciências Sociais e Políticas pela Universidade de Amsterdão: “Se tomarmos os 10% mais abastados em Portugal, estes auferiam, em 2009, 9,2 vezes mais do que os 10% mais pobres, acumulando 26,5% do rendimento global, enquanto os 10% mais pobres ficavam apenas com 2,9%. Se após 1974 as desigualdades no rendimento conheceram um abrandamento, desde 1977 e sobretudo desde 1983-84 elas têm-se mantido ou até agravado nalguns períodos”.

Para explicar este processo, Van der Linden, sem preconceitos, não deixa de notar que a Segurança Social não surgiu apenas da luta da classe trabalhadora. Resultou também do reequacionamento do próprio Capitalismo, nos anos posteriores à crise de 1929-1930, isto é, do contributo de Keynes e do *New Deal*, e da adaptação da sociedade à situação de carência e de reconstrução do pós-guerra. Enfim, como conclui, “o capitalismo tinha-se finalmente tornado social”. Mas Van der Linden não refere, pois trata-se de algo mais melindroso e que normalmente se esquece, que, a par do cristianismo social, do primeiro socialismo, do comunismo e de outras correntes do pensamento e da acção, o fascismo surgiu também como um apelo a uma concepção social da política, bem marcado pela importância que concedeu ao trabalho e a alguma legislação fundamental, como a *Carta del Lavoro* (1927), do fascismo italiano, ou como o Estatuto do Trabalho Nacional (1933), do Estado Novo português. Recordemos, de resto, que, com as devidas e fundamentais diferenças, assim como a artificial república de Salò, Estado organizado por Mussolini no exílio interior do lago de Garda, com o

apoio da Alemanha nazi, se autodenominou *Repubblica Social Italiana*, assim também o Estado Novo reconstituído de Marcello Caetano, em 1968, se passou preferivelmente a denominar “Estado Social”.

Esta conclusão não pode, todavia, ser usada para outros fins que não sejam os da análise objectiva das diversas situações históricas. No caso português, deve esclarecer-se que o “Estado Social” referido por Marcello é um “Estado Social de direito corporativo” e de sentido autoritário ou mesmo totalitário, ao invés do “Estado Social de direito democrático” de que hoje tanto se fala. Há, porém, que considerar que o Capitalismo transmutado gerou, através das suas teorias, concepções que atacaram no seu âmago o Estado Social democrático ou a Democracia Social (expressão que prefiro). O neoliberalismo (recordem-se as teorias da “escola de Chicago” e da família Friedman) ou até o “socialismo moderno”, dito “terceira via” da social-democracia, não muito diferente do neoliberalismo (lembrem-se as teorias de Anthony Giddens, tão citadas por certa elite “socialista”), e as teses da globalização, do “mundo plano”, não falando de um capitalismo anárquico de tipo financista, espécie de “cleptocapitalismo”, foram matando, no contexto de estados chamados democráticos, a ideia da sustentabilidade da Segurança Social ou, se se quiser, da Democracia Social. Como diz Van der Linden e o tentam comprovar os vários autores do livro ou mesmo os entrevistados (duas entrevistas aparecem na obra) verificou-se a crise do trabalho, a sua precarização, o domínio dos privilegiados, que já não são capitalistas donos de empresas produtivas, mas gestores de finanças que jogam com o dinheiro, como se joga na lotaria, sempre pondo a salvo os seus bens, com o apoio de “políticos” sem alma, que sempre dizem lutar pelo

bem comum, “políticos” que — como nos velhos tempos — arbitrariamente rasgam contratos e se adaptam às novas concepções, dizendo sempre “não haver alternativa”, que sobem impostos e aplicam novas taxas, que em certos casos até se chamam de “solidariedade”. A retórica das palavras mascara tristes realidades e objectivos sempre inconfessáveis.

Toda esta situação já é velha, obviamente, e, neste caso, não há como o historiador para a captar. Poderíamos descer nos séculos e encontrávamos não situações iguais — a história, como disse, não se repete — mas idênticas, na espiral que sempre vai seguindo o seu curso. De resto, quando se analisa a crise da crise — um articulista dizia, de uma forma sugestiva, que estávamos parados na crise — que hoje experimentamos, há sempre tendência para dizer que, apesar de tudo, hoje vivemos melhor do que há anos atrás. Evidentemente que alguns vivem e quase todos passaram pela ilusão de viverem, sentindo por isso falta de certos produtos (alguns inúteis, criados pela sociedade de consumo, mas outros que são considerados agora, justamente, e não o eram outrora, bens de primeira necessidade), pelo que a angústia do momento é, como é natural, mais grave e dramática.

Marcel van der Linden chamou a atenção, nesta lógica comparativa de épocas diferentes, para o facto de o próprio Einstein, sempre atento aos problemas sociais, ter muito simplesmente salientado, como denúncia, para o facto de em 1929 o desemprego se ter verificado porque só uma parte das 8 horas de trabalho eram necessárias para que houvesse produção. Tal como hoje, afinal, até porque se verificou a depreciação das férias, dos feriados, dos fins de semana, do lazer e da cultura não produtiva, procurando inculcar a ideia da produtividade e do consumo

sempre ascendentes, da importância da competitividade, justificando o desemprego forçado não com a falta de qualidade dos despedidos, mas com a fatalidade dos números e, se se utiliza um adjetivo, a falta de “empreendedorismo” dos que ficam sem “ganha-pão”. Afinal o mesmo Einstein que, com Arnold Berliner ou com Freud, pensaram numa sociedade de homens de ciência que equacionasse constantemente o mundo do saber, o que hoje não sucede, verificando-se sim, em muitas situações, o mundo da ciência e da tecnologia acríticas e dos gestores que gerem a sociedade capitalista sem ética. Até as universidades e mesmo as universidades ditas eclesiásticas, no nosso caso as católicas, não estão tanto preocupadas com a moral da produção e da multiplicação financeira, e das suas consequências, e sim mais com a boa gestão do capital.

Afinal tudo isto é velho, conforme verificam os autores deste livro e historiadores como eu. Jacques Julliard, numa obra de 1977 intitulada *Contre la politique professionnelle* — que tinha como objectivo criticar a política como profissão e concorrer com sugestões, de que só algumas foram ultimamente postas em prática, para sua desprofissionalização —, descrevia o conflito que se verificava entre a “sociedade civil” em desenvolvimento e a “sociedade política” com as suas estratégias de poder, falando a este propósito da “*politique politicienne*”, e distinguia mesmo, neste sentido, o “socialismo político” do “socialismo social”. O “sistema” é o mesmo que nos idos anos 70 e, por isso, até a França se destruiu como “mundo cultural”. Da Inglaterra, fica como espuma intensa, o uso e o abuso da sua língua de comunicação e menos da sua cultura. Da Alemanha fala-se menos da língua (que nunca se vulgarizou) e da sua notável cultura do que do poder de organização, com um olhar de

superioridade para com “os povos do sul”.

No *Coutry for Old Men* (2007), *Este Mundo não é para Velhos*, o filme dos irmãos Coen, cheio de violência como é violento este mundo, aí está como paradigma. Mas ao título do livro que o inspirou, de Cormac McCarthy, devemos somar a ideia de que este mundo não é para velhos nem para novos. Por isso Raquel Varela recorreu à dura imagem do eclesiástico rebelde Jonathan Swift (o da fábula de Gulliver), que, na sátira política *A modest proposal* (1729), sugeria que os pais comessem os filhos para acabar com a fome na Irlanda.

Não li este livro como especialista — já o disse — mas como académico e como cidadão. É como tal, e como historiador que vai pensando o mundo, que tezi estas considerações.

Luís Reis Torgal
Investigador Integrado do CEIS 20

Quem Paga o Estado Social em Portugal? Onde nos Leva esta Crise Económica? O Estado de Bem-estar Social Europeu Tem Futuro? Dívida de todos ou negócio de alguns? Lisboa: Bertrand editora. 2012. 470 páginas

De inspiração marxista, referida explicitamente em vários momentos, os 16 artigos que compõem este volume são prefaciados por Maria Luísa Fattorelli, auditora fiscal e sindicalista brasileira. Devido à dívida pública, que oculta a verdadeira crise do sector bancário e o enorme défice do sector financeiro, a coordenadora nacional da campanha permanente Auditoria Cidadã da Dívida considera que se vivem duros planos de austeridade fiscal na Europa, com carências comparáveis aos tempos de guerra. Porém, os contributos deste livro não